

24 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

Justiça de Londrina retoma depoimentos da Publicano 4

Testemunhas de defesa arroladas
pelos 110 réus, entre os quais estão
47 auditores fiscais da Receita Estadual,
começam a ser ouvidas hoje

Edson Ferreira
Reportagem Local

As audiências da quarta fase da Operação Publicano, que investiga uma organização criminosa envolvida em crimes de corrupção e concussão, atribuídos a auditores fiscais da Receita Estadual, serão retomadas nesta terça-feira (24), em Londrina. Até o final da semana devem ser ouvidas pelo juiz da 3ª Vara Criminal, Juliano Nanuncio, todas as testemunhas de defesa, arroladas pelos réus.

Esta fase da Operação é dirigida à apuração de fatos ocorridos entre 2008 e 2014, como liberação de créditos devidos e a não realização de fiscalização adequada, em que os fiscais deixavam de autuar empresas ou emitiam autos simbólicos de pequeno valor contra estabelecimentos que pagavam propina, dando a elas “quitação fiscal”.

A Publicano 4 foi deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) em 3 de dezembro de 2015. Dos 110 réus, 47 são auditores. O

Ministério Público (MP) narrou 103 fatos criminosos, incluindo 53 de corrupção passiva tributária; 43 fatos de corrupção ativa; quatro de falsidade ideológica; dois de concussão; além do crime de formação de organização criminosa.

De acordo com Nanuncio, foram agendadas cerca de 20 testemunhas por dia, mas a expectativa é de celeridade nas audiências, tendo em vista que muitos advogados dos réus já confirmaram a dispensa de oitivas. “Concluído esse momento dedicado às testemunhas, teremos o início dos interrogatórios, no dia 6 de fevereiro, com o Luiz Antonio de Souza (principal delator, ainda preso)”, informou. A previsão é encerrar a instrução do processo, que consiste em depoimentos e interrogatórios, no mês de março.

As fases 1 e 2 da Operação Publicano apuraram crimes contra a administração (especialmente corrupção passiva tributária e concussão) atribuídos à organização criminosa. A primeira já tem sentença publicada, com a

condenação de 42 réus, entre eles o ex-inspetor-geral de fiscalização da Receita Estadual Márcio Albuquerque Lima, com a maior das penas: 97 anos, um mês e 29 dias de prisão. A segunda, que ficou suspensa por seis meses, depende do retorno de uma precatória (instrumento utilizado pela Justiça para tomar depoimento de indivíduos que moram em comarcas diferentes de onde corre o processo) de investigado que mora no Rio de Janeiro (RJ) para que o juiz possa agendar os depoimentos.

A Publicano 3, que apurou crimes de lavagem de ativos, está em fase final de instrução.

24 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

OSWALDO MILITÃO

Posse no Tribunal de Justiça

O desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, convidando para a solenidade de posse da nova cúpula desta Corte, para o biênio 2017-18, com início marcado para as 17 horas do dia 1º de fevereiro, na sala Desembargador Clotário Portugal, no 12º andar do Palácio da Justiça. Os novos dirigentes do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná são os seguintes desembargadores: presidente, Renato Braga Bettega; primeiro vice, Arquelau Araujo Ribas; segunda vice-presidente, Lidia Maejima; corregedor geral da Justiça, Rogério Luís Nielsen Kanayama; corregedor, Mário Helton Jorge.

24 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

Investigações do acidente de Teori têm sigilo decretado

Juiz decreta sigilo em investigação sobre queda de avião de Teori

Medida é uma forma de viabilizar a troca de informações com a Aeronáutica que apura causas do acidente, água danificou gravador de voz

MPF requisitou documentos à Agência Nacional de Aviação Civil e à Aeronáutica

Rio - A Justiça Federal do Rio decretou sigilo sobre as investigações que apuram as causas da queda do avião que provocou a morte do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki e outras quatro pessoas no último dia 19. A decisão é do juiz Raffaele Felice Pirro, da 1ª Vara Federal de Angra dos Reis. O sigilo em relação a investigações sobre acidentes aéreos tem sido praxe no País. É uma forma de viabilizar a troca de informações com a Aeronáutica, responsável técnica pela apuração. Lei sancionada em 2014 tornou sigilosa as investigações da Aeronáutica em acidentes do tipo.

A polícia e o Ministério Público, ao apurar a queda de um avião, só têm acesso à caixa-preta - com as conversas da tripulação na cabine - mediante decisão judicial. A lei estabelece duas condições para liberar os dados: que o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), órgão da Aeronáutica responsável pela apuração de acidentes aéreos, seja consultado antes; e que essas informações sejam protegidas por segredo de Justiça, de modo a evitar a divulgação. A investigação do Cenipa tem como objetivo achar falhas que previnam novos desastres, e não procurar culpados. Este último ponto é

alvo das apurações do MPF e da polícia.

O Ministério Público Federal requisitou documentos à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e ao Comando da Aeronáutica relativos à manutenção da aeronave e gravações de conversas entre o piloto e a torre de controle. A procuradora Cristina Nascimento de Melo começa a ouvir as primeiras testemunhas nesta semana. A Polícia Civil do Rio também instaurou inquérito.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA 24 JAN 2017

CONTINUAÇÃO

DANOS NO GRAVADOR DE VOZ

O gravador de voz da cabine do avião King Air que se acidentou na última quinta-feira (19), matando o ministro Teori Zavascki, sofreu danos pelo contato com a água do mar. Os investigadores da Aeronáutica ainda não sabem se há algo gravado no aparelho e se o material poderá ser acessado. As informações foram prestadas pela Aeronáutica, em nota, nessa segunda-feira (23). O aparelho, chamado de CVR, chegou a Brasília na manhã do último sábado (21) e está sob os cuidados do Laboratório de Análise e Leitura de Dados de Gravadores de Voo (Labdata), do Cenipa. Em nota, a Aeronáutica informou que os próximos passos do Labdata são: "secagem do aparelho, verificação da integridade dos dados, processo de degravação dos dados e processo de transcrição". Porém, o tempo de duração de todo o processo "depende das condições do equipamento".

Segundo a Aeronáutica, o CVR possui "duas partes". "A primeira é o gravador em si, que armazena os dados. Essa parte é altamente protegida. A segunda é chamada 'base', que contém cabos e circuitos que fazem a ligação com o armazenamento de dados. É essa segunda 'parte' que está molhada e precisa ser recuperada", informou a nota.

O aeroporto para o qual o avião se dirigia, na cidade de Paraty (RJ), não dispõe de torre de controle. Se o aparelho estava acionado durante o voo, teria registrado conversas na cabine e contatos

do piloto com a torre de controle do Campo de Marte, em São Paulo, de onde o avião partiu. A análise das supostas conversas poderia dar pistas aos investigadores sobre as causas do acidente.

DESTROÇOS RECOLHIDOS

Já foram recolhidos do mar todos os destroços do avião. O material foi colocado em uma balsa que, por volta das 16h dessa segunda-feira (23), iniciou viagem marítima até Angra dos Reis. A informação é do Cenipa.

A previsão do Cenipa é que a balsa chegaria a Angra por volta das 22h dessa segunda-feira (23), mas isso dependeria muito das condições de navegabilidade. Essa embarcação estava em Niterói (região metropolitana do Rio) e a viagem até Paraty, inicialmente prevista para durar 12 horas, acabou demorando o dobro, 24 horas.

Em Angra os destroços serão transferidos para uma carreta, que seguirá pela estrada até a Base Aérea do Galeão, na Ilha do Governador, zona norte do Rio.

Todas as etapas desse transporte são de responsabilidade da AGS Logística, empresa contratada pela seguradora do avião para retirar a aeronave do mar e levá-la até o Galeão. Agentes do Cenipa acompanham a viagem porque cabe ao órgão a investigação das causas do acidente.

Até as 18h50 desta segunda-feira nem o Cenipa nem a AGS haviam informado se a transferência dos destroços da balsa para a carreta vai ocorrer imediatamente após a chegada da balsa a

Angra, mesmo que seja durante a noite, ou se a empresa vai aguardar o amanhecer desta terça-feira (24) para fazer o serviço. (Com Agência Estado)

24 JAN 2017

FOLHA DE LONDRINA

Moraes e Gracie evitam falar sobre possível indicação para o STF



“Essa escolha compete ao presidente da República. Tenho certeza que qualquer pessoa que venha a receber esse convite, saberá honrá-lo”, disse Gracie Mendonça

Erich Decat
Agência Estado

Brasília - Na lista de cotados para substituir o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki, morto em acidente aéreo na semana passada, o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, e a advogada-geral da União, Gracie Mendonça, evitaram falar sobre o tema nessa segunda-feira (23). Junto com o ministro Dyogo de Oliveira (Planejamento), Moraes e Gracie participaram em Brasília de cerimônia de posse dos novos advogados da União.

“Essa escolha compete ao presidente da República. Tenho absoluta certeza que qualquer pessoa que venha a receber esse convite, saberá honrá-lo e saberá desempenhar com toda a maestria a atuação junto à Suprema Corte”, ressaltou Gracie em entrevista aos jornalistas.

Questionada se aceitaria um possível convite, ela disse que preferia não comentar. “Prefiro não tocar neste ponto porque essa é uma atribuição do presidente da República. Hoje estou aqui como advogada-geral da União procurando desempenhar, da melhor forma possível, a missão que me foi atribuída.”

De sua parte, Moraes evitou a imprensa e deixou o evento cercado por assessores. “Vim apenas para a posse. Não vou dar declarações”, afirmou.

Apesar de evitar falar sobre uma possível indicação para o STF, Gracie Mendonça considerou que independentemente do momento da escolha, o STF continuará atuando no sentido de garantir a segurança jurídica nos principais temas de interesse da sociedade. “É um momento de muita tristeza para todos nós. Os desdobramentos agora todos nós já conhecemos. A escolha que virá pelo presidente da República, virá a sabatina

pelo Senado e a sequência do ingresso de um novo ministro no Supremo Tribunal Federal. Na verdade, a instituição vai se manter trazendo, com absoluta certeza, toda a segurança jurídica que o País precisa”, disse.

FOLHA DE LONDRINA 24 JAN 2017

Pró-Moro

MAZZA

Campanha pelas redes sociais, e em parte assumida por associações de magistrados, defende a designação do juiz Sérgio Moro para o lugar de Teori Zavascki. Ora, essa é impossível pela restrição óbvia de que o magistrado já teve função no caso e suspeito, portanto, pelas decisões tomadas, muitas das quais, ainda que não em maioria, modificadas pelo Tribunal da 4ª Região em Porto Alegre. A condição de juiz exemplar, tanto de Moro quanto de Zavascki, no entender da multidão, os transforma em heróis pela reconhecida tolerância institucional com a corrupção, mas o próprio desenvolvimento da Lava Jato vem demonstrando que não se limitam aos dois juízes os méritos do trabalho desenvolvido com os julgamentos em cima do mesmo tema.

CLAUDIO HUMBERTO Gandra lidera apostas para virar ministro do STF

O ministro Ives Gandra Martins Filho, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), lidera as apostas para ser indicado pelo presidente Michel Temer à vaga do ministro Teori Zavascki no Supremo Tribunal Federal (STF). Magistrado muito admirado, Ives é conhecido por sua firmeza, pela serenidade e coragem. Rigoroso e incorruptível, há anos ele fez voto de pobreza. Vive em acomodações da Igreja, em Brasília.

Austeridade exemplar

Ao assumir a presidência do TST, o ministro Ives cancelou projetos e benesses que onerariam os cofres públicos em mais de R\$ 1 bilhão.

Fã-clube qualificado

Vários ministros do próprio Supremo integram o fã-clube de Ives Gandra Martins Filho, como já atestou Michel Temer pessoalmente.

Cruzada heróica

No STF, o ministro Ives poderia dar sequência à sua verdadeira cruzada contra excessos de decisões da própria Justiça do Trabalho.

Decisão elogiada

Pegou bem Temer só indicar o novo ministro após a escolha do novo relator da Lava Jato. "Decisão de estadista", diz um ministro do STF.

Noronha cotadíssimo

Rigoroso, preparado e brilhante, o mineiro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), atual corregedor-geral, também é nome forte para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

MILITÃO

●● Ives Gandra Martins Filho, atual presidente do Tribunal Superior do Trabalho, vai receber apoio de todos os juízes do Trabalho para que o presidente Michel Temer o indique para a vaga de Teori Zavascki. Ele já esteve cotado para uma cadeira no STF. Que sabe, poderá ser agora.

24 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Temer quer ministro de outra corte no STF

Presidente tende a rejeitar pressão de PSDB, DEM e PMDB para nomear um de seus subordinados à vaga de Teori

Presidente do TST, Ives Gandra Filho desponta hoje como favorito para a vaga aberta no Supremo

MARINA DIAS
DE BRASÍLIA

DANIELA LIMA
DE SÃO PAULO

Disposto a ganhar pontos com a opinião pública contrariando aliados e seu próprio partido, o PMDB, o presidente Michel Temer afunilou opções e, hoje, tende a escolher um integrante de um tribunal superior para a vaga deixada por Teori Zavascki no plenário do STF (Supremo Tribunal Federal).

Segundo pessoas próximas, Temer quer usar a indicação para passar uma mensagem clara de que o Planalto não age para interferir na Lava Jato ou para obter algum benefício político no STF.

Segundo a **Folha** apurou, enquanto os nomes dos ministros Alexandre de Moraes (Justiça) —que tem apoio do PSDB e do DEM, dois dos principais aliados de Temer— e de Grace Mendonça (Advocacia-Geral da União) perderam força, o do presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho), Ives Gandra Filho, desponta como favorito.

De perfil conservador, Gandra Filho tem um sobrenome de peso no Judiciário e alinhamentos poderosos no Supremo. Ele conta com a simpatia, do ministro Gilmar Mendes, um dos conselheiros de Temer para assuntos do meio jurídico.

Além disso, avalizou a reforma trabalhista proposta pelo presidente. Seu pai, o jurista Ives Gandra, é amigo de Temer há mais de 40 anos.

Além de Gandra Filho, entre as possíveis “indicações técnicas” que ganham força junto a Temer estão três ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça): Rogério Schietti, Luis Felipe Salomão e Isabel Gallotti.

EM BAIXA

Já o nome de Heleno Torres, professor renomado da USP, que ganhou projeção nos últimos dias, perdeu totalmente as forças depois que aliados de Temer foram lembrados sobre a atuação do jurista durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Torres participou de um ato contra o afastamento de Dilma, dentro do Palácio do Planalto, após o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) dar início ao processo que levou à cassação do mandato da petista.

Ele também assinou parecer que foi usado pela defesa da petista para desqualificar a reprovação de suas contas pelo TCU (Tribunal de Contas da União), peça fundamental para qualificar como crime as “pedaladas fiscais”.

No texto, assinado por Torres e outros dois juristas, é defendida a tese de que “as condutas praticadas” pela administração da petista “não seriam suficientes para uma rejeição” dos dados.

“Como não se encontra do texto do acórdão nenhuma referência, uma única sequer, que culmine em ‘dano ao erário’, a medida extrema não pode prevalecer”, diz o texto.

A notícia, disseminada entre os aliados de Temer no fim de semana, praticamente liquidou as chances de Torres.

O presidente tem discutido com cautela junto a aliados um possível nome para a vaga aberta no Supremo com a morte de Teori. Ele já afirmou que sua escolha só vira depois que a presidente do STF, Cármen Lúcia, indicar quem será o novo relator da Lava Jato na Corte.

Temer conversou com Cármen por telefone no fim de semana e comunicou oficialmente a ministra de sua decisão de esperar. Aliados afirmam que a cautela é estratégica para não “melindrar” a presidente do STF, com quem tem mantido relação ruidosa.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

QUEM SÃO OS COTADOS PARA O STF

24 JAN 2017



ISABEL GALLOTTI, 53
Formada na Universidade de Brasília, é ministra do STJ desde agosto de 2010



LUIS FELIPE SALOMÃO, 53
Formado pela Universidade Federal do Rio, é ministro do STJ desde junho de 2008



IVES GANDRA FILHO, 57
Formado na Universidade de São Paulo, é ministro do TST desde outubro de 1999



JOÃO OTÁVIO NORONHA, 60
Formado na Faculdade de Direito do Sul de Minas, é ministro do STJ desde 2002

24 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Cotado para o Supremo elogia o presidente

THAIS BILENKY
DE SÃO PAULO

O advogado pernambucano Heleno Torres, que chegou a figurar nas listas de cotados para o Supremo Tribunal Federal, disse que Michel Temer é o “melhor presidente” que o país poderia ter neste momento de “travessia até 2018” e criticou a exposição pública “excessiva” de magistrados.

Em entrevista à **Folha**, o professor titular de direito financeiro da USP observou que convive com o presidente há muitos anos no meio acadêmico paulistano, onde ambos fizeram carreira. “Não conheço pessoa mais elegante e equilibrada”, comentou.

“Admirei sua conduta à frente da presidência da Câmara dos Deputados, entre 1997 e 2001. Era uma época tumultuada e ele conseguiu criar um ambiente de travessia e tranquilidade”, opinou.

Ele desqualificou questionamentos sobre a possibilidade de Temer intervir no curso da Operação Lava Jato com a indicação de um nome com vínculos pessoais à vaga no STF de Teori Zavascki, morto em acidente aéreo. “Não há [risco]. São suposições”, reagiu.

Além de Temer, “todos os que estão decidindo [quem será o sucessor de Teori], o ministro Gilmar [Mendes] me conhece muito bem”, afirmou.

24 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

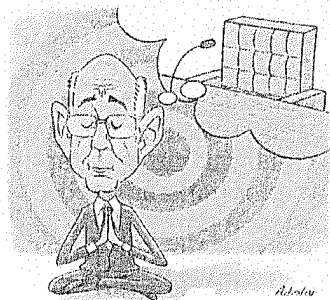
PAINEL

Sola de cristal turva Ministros do STF reclamam do elevado grau de imprevisibilidade de Cármen Lúcia, presidente da corte, sobre quem substituirá Teori Zavascki na relatoria da Lava Jato.

Quem dá mais Os poucos magistrados que arriscaram um palpite nesta segunda aprovaram a ideia de deslocar o ministro Edson Fachin para tocar a operação no STF.

Tirou o pé O Palácio do Planalto está certo de que Cármen Lúcia não decidirá o impasse durante o recesso do Judiciário, percepção compartilhada por integrantes da corte. A definição, portanto, ficaria para fevereiro.

Liga pra mim A magistrada telefonou para Michel Temer nesta segunda. Reconheceu o apoio dado pelas Forças Armadas nas horas seguintes à queda do avião.



Alcunha Cotado para assumir a cadeira de Teori no Supremo, Ives Gandra Martins Filho, presidente do (TST) Tribunal Superior do Trabalho, é chamado de “monge” pelos amigos.

Questão de fé A biografia do magistrado, publicada no site do tribunal, sustenta que ele é “feliz com a sua vida” e afirma que “escolhas como o celibato fazem parte de uma decisão de Deus”.

E agora? Em entrevista a uma agência de notícias católica, em 2012, ele afirmou que o processo de escolha dos ministros do Supremo era “ruim”, pois dependia “exclusivamente de vontade política” ou da “amizade do presidente com o candidato escolhido”.

MÔNICA BERGAMO

OLHO NO LANCE

O Vem pra Rua vai se envolver na sucessão do ministro Teori Zavascki no STF (Supremo Tribunal Federal). Um dos líderes dos protestos a favor do impeachment, o movimento não pretende se engajar no apoio a um nome, mas exigirá que o escolhido não tenha comprometimento com partido político e não faça parte do governo Michel Temer.

GONGO

O grupo vai divulgar em redes sociais nome e foto dos candidatos que veta. Entre eles, estão o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, e o advogado Heleno Torres, por ter assinado parecer contrário à saída de Dilma Rousseff.

24 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Presidente do STF abre consultas sobre futuro da Lava Jato

Escolha de substituto de Teori, morto em acidente, na relatoria da operação tende a ser feita por sorteio

Cármem Lúcia conversou sobre o caso com ministros da corte e recebeu o procurador-geral da República

LETÍCIA CASADO
BELA MEGALE
GUSTAVO URIBE
DE BRASÍLIA

A presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministra Cármem Lúcia, começou a discutir com ministros da corte e a Procuradoria-Geral da República o futuro da Lava Jato após a morte de Teori Zavascki, na última quinta (19).

Morto numa queda de avião em Paraty (RJ), Teori era o relator da investigação no tribunal. Estava nas mãos dele, por exemplo, a decisão sobre a homologação da delação premiada de 77 ex-executivos da Odebrecht. A previsão era que isso ocorresse em fevereiro.

Nesta segunda-feira (23), o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que tem pressa por uma homologação célere da delação da Odebrecht, se reuniu com a presidente do Supremo.

Cármem Lúcia ainda não definiu o critério para a escolha do novo responsável pela operação no Supremo e, segundo assessores, ela não descarta, por enquanto, nenhuma opção.

Segundo a **Folha** apurou, duas são as possibilidades mais plausíveis para a relatoria da Lava Jato: ser redistri-

buída, por sorteio, entre os ministros da 2ª Turma, da qual Teori fazia parte, ou entre todos os nove ministros do plenário (excluindo já a própria presidente).

PLENÁRIO

Uma outra alternativa cogitada, até agora com menos força, seria tirar a Lava Jato da 2ª Turma, transferindo-a toda para o plenário. Essa solução sobrecarregaria a pauta do Supremo, no entanto, avaliam ministros.

Cármem Lúcia já conversou sobre o assunto com os ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Celso de Mello, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber.

A **Folha** ouviu de dois ministros, reservadamente, que a relatoria deveria ficar com quem assumisse a vaga no lugar de Teori — hipótese descartada, porém, após o presidente Michel Temer anunciar que só indicará o substituto do ministro no STF após a definição do relator da Lava Jato, a ser escolhido entre os atuais ministros.

O DEBRECHT

Cármem Lúcia tem dito a assessores que há chances de ela conduzir a homologação da delação da Odebrecht. Seria uma espécie de “homenagem” a Teori e serviria para evitar atrasos que comprometessem as investigações.

A ideia seria que ela contasse com a ajuda dos juizes auxiliares do gabinete do ministro que morreu na semana passada e que restabelesse o calendário de audiências para homologação, inicialmente marcado para esta semana.

Na audiência, os juizes que trabalhavam com Teori ouviriam os 77 executivos da Odebrecht para confirmar se fizeram delação por livre e espontânea vontade. É o último passo antes da homologação, espécie de validação das colaborações.

As audiências foram suspensas devido à morte do ministro. O ministro Marco Aurélio é contra a ministra homologar sozinha: “Ela não é relatora do processo”.

Assessores da presidente da STF também avaliam com ceticismo essa alternativa. A Procuradoria, por ora, não mostrou oposição.

Colaborou VALDO CRUZ, de Brasília

24 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Juiz federal decreta sigilo sobre investigação

A Justiça Federal do Rio decretou sigilo sobre as investigações que apuram as causas da queda do avião que levava o ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki e outras quatro pessoas. A decisão é do juiz Raffaele Felice Pirro, da 1ª Vara Federal de Angra dos Reis.

O sigilo em relação a investigações sobre acidentes aéreos tem sido praxe no país. É uma forma de viabilizar a troca de informações com a Aeronáutica, responsável técnica pela apuração.

Lei federal sancionada em 2014 tornou sigilosa as investigações da Aeronáutica em acidentes do tipo. A polícia e

o Ministério Público, ao apurar a queda de um avião, só têm acesso à caixa-preta — com as conversas da tripulação na cabine — mediante decisão judicial.

A lei estabelece duas condições para liberar os dados: que o Cenipa, órgão da Aeronáutica responsável pela apuração de acidentes aéreos, seja consultado antes; e que essas informações sejam protegidas por segredo de Justiça, de modo a evitar a divulgação.

A investigação do Cenipa tem como objetivo achar falhas que previnam novos desastres, e não procurar culpados. Este último ponto é alvo das apurações do Ministério Público Federal e da polícia.

A Procuradoria requisitou documentos à Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) e ao Comando da Aeronáutica relativos à manutenção da aeronave e gravações de conversas entre o piloto e a torre de controle.

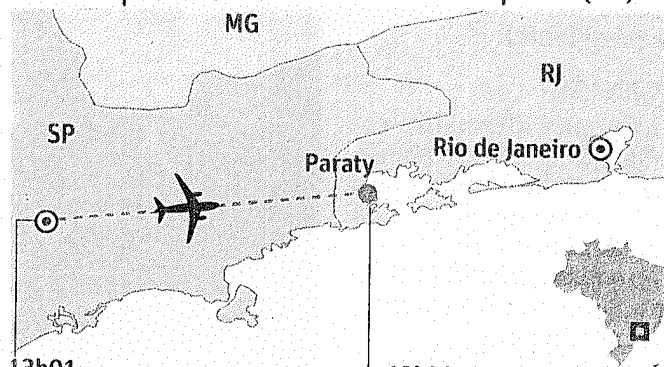
A procuradora Cristina Nascimento de Melo começa a ouvir as primeiras testemunhas nesta semana.

A Polícia Civil do Rio também instaurou inquérito sobre o caso.

A retirada dos destroços do bimotor King Air da baía de Paraty ainda não foi encerrada. Ao final, o material recolhido será levado para uma marina em Angra dos Reis e, em seguida, numa carreta para o Rio de Janeiro.

O ACIDENTE COM TEORI ZAVASCKI

Cinco pessoas morreram na última quinta (19)

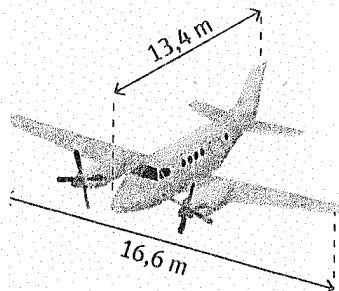


13h01

Avião decola do Campo de Marte, na zona norte de São Paulo, com destino a Paraty

13h30

Aeronave cai no mar, próxima à Ilha Rasa, a cerca de dois quilômetros da costa. Chovia na hora



Hawker Beechcraft King Air C90

Prefixo: PR-SOM

Altitude máxima:

9.000 metros

Autonomia: 6 horas

Velocidade máxima:

450 km/h

Fonte: Beechcraft

24 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Gravador de avião foi danificado na queda

Aeronáutica diz ainda não saber se equipamento registrou dados de acidente com Teori

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

O gravador de voz da cabine do avião King Air que se acidentou na última quinta-feira (19), matando o ministro do STF Teori Zavascki, sofreu danos pelo contato com a água do ar. Os investigadores da Aeronáutica ainda não sabem se há algo gravado no aparelho e se o material poderá ser acessado. As informações foram prestadas pela Aeronáutica em nota nesta segunda-feira (23).

O aparelho, chamado de CVR, chegou a Brasília na manhã de sábado (21) e está sob os cuidados do Laboratório de Análise e Leitura de Dados de Gravadores de Voo, do Cenipa (Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos).

Em nota, a Aeronáutica informou que os próximos passos do laboratório são: secagem do aparelho, verificação da integridade dos dados, processo de gravação e processo de transcrição. O tempo de duração de todo o processo dependerá das condições do equipamento.

Segundo a Aeronáutica, o CVR possui duas partes. “A primeira é o gravador em si, que armazena os dados. Essa parte é altamente protegida. A segunda é chamada ‘base’, que contém cabos e circuitos que fazem a ligação com o armazenamento de dados. É essa segunda ‘parte’ que está molhada e precisa ser recuperada”, diz a nota.

O aeroporto para o qual o avião se dirigia, em Paraty (RJ), não dispõe de torre de

controle. Se o aparelho estava acionado durante o voo, em tese registrou conversas na cabine e contatos do piloto com a torre de controle do Campo de Marte, em São Paulo, de onde o avião partiu. A análise de conversas poderia dar pistas aos investigadores sobre as causas do acidente.

A investigação do Cenipa é focada na identificação de causas da queda e possíveis recomendações para redução de riscos. Não há prazo.

Há também um inquérito tocado pela Polícia Federal sobre a queda do avião, que inclui investigações em Sorocaba (SP), onde se localiza o hangar principal utilizado pelo avião, Paraty e no Campo de Marte, onde foi apreendido equipamento de vídeo com imagens do ministro do STF no dia do acidente.

Os policiais —entre os quais um ex-piloto de avião comercial— são lotados na direção geral da PF, em Brasília. O grupo básico é formado por seis investigadores. Alguns trabalharam no inquérito que apurou a queda do jatinho que, em 2014, matou o então candidato à Presidência Eduardo Campos (PSB).

O objetivo do inquérito da PF é averiguar se alguma ação criminosa concorreu para a queda do King Air.

A fabricante do King Air, a Textron Aviation Corporate, que controla a Beechcraft, confirmou à **Folha**, por e-mail, que poderá auxiliar nas investigações no Brasil. Sediada em Rhode Island (EUA), a Textron fabrica também aviões Cessna e helicópteros.

O acidente foi o segundo na região de Paraty envolvendo um King Air desde o início de 2016. Em janeiro do ano passado, um avião do mesmo modelo também decolou do Campo de Marte e se acidentou no local. As duas pessoas que estavam no avião morreram. O Cenipa ainda não divulgou relatório sobre as causas.

FOLHA DE S. PAULO

Liminar contra deputado é derrubada na 2ª instância

O presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Hilton Queiroz, derrubou a liminar de um juiz de primeira instância de Brasília que impedia o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), de disputar a reeleição.

A liminar havia sido concedida pelo juiz substituto Eduardo Ribeiro de Oliveira, da 15ª Vara Federal, na última sexta-feira (20).

A decisão da semana passada atendia ao pedido de uma ação popular apresentada pelo advogado Marcos Aldenir Ferreira Rivas, pai do também advogado Lucas Rivas, consultor jurídico que assessorou o ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) no processo de cassação.

Lucas também assessorava deputados do centrão, grupo de parlamentares do qual fazem parte dois dos adversários de Maia, Jovair Arantes (PTB-GO) e Rogério Rosso (PSD-DF).

O presidente do tribunal diz na decisão que a liminar feria “o princípio da separação dos Poderes ao estabelecer vedação de candidatura em situação a cujo respeito a Constituição silenciou”.

À **Folha** Lucas Rivas disse que seu pai não irá recorrer da decisão de Hilton Queiroz.

Na semana passada, Maia já havia sido notificado em outro processo que tenta barrar a candidatura dele.

A presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, concedeu dez dias para que ele se manifeste a respeito de uma ação movida por André Figueiredo (PDT-CE), seu rival na eleição para o comando da Casa. Figueiredo questiona a possibilidade de reeleição de Maia na atual legislatura.

24 JAN 2017

O relator do caso é o ministro Celso de Mello, que já solicitou informações em outra ação que contesta a candidatura de Rodrigo Maia, impetrada pelo Solidariedade às vésperas do recesso do Judiciário, em 16 de dezembro.

O Solidariedade apoia a candidatura de Jovair Arantes na disputa.

24 JAN 2017

FOLHA DE S. PAULO

Vidas poupadas

MÁGINO ALVES BARBOSA FILHO

São Paulo fechou 2016 com taxa de 8,7 homicídios por 100 mil habitantes — a menor da série histórica, iniciada há 16 anos

São Paulo fechou 2016 com mais um recorde na redução de homicídios. A taxa de 8,7 vítimas por 100 mil habitantes é a menor da série histórica, iniciada há 16 anos, de forma pioneira, pelo Estado. Também é a mais baixa entre todos os Estados brasileiros, e está muito abaixo da média nacional.

Para efeito de comparação, segundo os dados mais recentes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de 2015, a taxa paulista era de 8,9 mortos por 100 mil habitantes, enquanto a do Brasil estava em 25,7. Esse índice continuou em queda no ano passado, atingindo, desde 2001, uma redução do número de mortes de 72%, de mais de 13 mil mortos para 3,6 mil.

Esse resultado é fruto do incansável trabalho dos nossos policiais militares, civis e científicos. Um contingente de mais de 117 mil homens e mulheres altamente treinados e equipados para levar segurança a toda a população paulista.

E também do investimento intensivo e das medidas adotadas pelo governo estadual ao longo desses 16 anos. O orçamento da Secretaria Estadual de Segurança Pública de São Paulo, por exemplo, saltou de R\$ 4,7 bilhões em 2001 para R\$ 21,5 bilhões em 2017, um aumento de 357%, valor 159% acima da inflação oficial acumulada no período.

Somos o Estado que mais gasta com segurança pública e quase dobramos o total de investimentos como proporção desse orçamento.

Desde 2011, na gestão do governador Geraldo Alckmin (PSDB), foram contratados quase 26 mil novos policiais. Foram adquiridas ainda 14.380 viaturas, um investimento de R\$ 789 milhões.

Isso sem talar nos recursos empregados em tecnologia, cujo principal exemplo é o Programa Detecta, muito mais que um sistema de monitoramento inteligente.

Trata-se do maior “big data” da América Latina, que integra bancos de dados das polícias paulistas e outros órgãos, como o Registro Digital de Ocorrência, Instituto de Identificação, Sistema Operacional da PM, Sistema de Fotos Criminais (Fotocrim), além de dados de veículos e da Carteira Nacional de Habilitação do Detran.

Com auxílio do Detecta, apenas na capital e nos últimos seis meses, foram presas 1.446 pessoas em flagrante, além de 1.047 veículos interceptados e 80 armas apreendidas.

O trabalho agora é ampliar o número de câmeras e radares ligados ao Detecta, tanto na capital paulista, com quem firmamos recentemente um convênio, como nos outros municípios do Estado.

Na cidade de São Paulo, estamos incluindo gradualmente mais de 800 pontos de monitoramento da CET, dos quais 300 já foram interligados. Além disso, no verão passado entrou em operação um cinturão eletrônico que cobre todo o litoral do Estado, passando por Vale do Ribeira, Baixada Santista, Alto Tietê e Vale do Paraíba.

Todos esses esforços representaram uma ampliação ano a ano das prisões efetuadas pelas polícias. Nesses 16 anos, registramos ainda a apreensão de mais de 363 mil armas de fogo e de mais de 1,1 mil toneladas de drogas em todo o Estado.

Números são ferramentas essenciais para avaliar o impacto de ações e promover correções necessárias.

Também fortalecem a cultura da transparência adotada de forma pioneira no Estado. E mostram ainda que foram milhares as vidas salvas ao longo desses 16 anos.

A redução dos homicídios ocorreu não apenas em determinadas faixas etárias ou em municípios com pequeno ou grande número de habitantes, mas em todo o Estado, incluindo regiões de alta, média e baixa exclusão social.

Ainda assim, não estamos satisfeitos. Vamos continuar trabalhando duro para derrubar ainda mais o índice. Temos orgulho, no entanto, dos resultados obtidos até aqui.

MÁGINO ALVES BARBOSA FILHO, procurador de Justiça, é secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo

Prisões do Paraná dão medo

Você está cheio de razão se tiver medo ou ainda acalantar dúvidas de que podem se repetir no Paraná tragédias como as das penitenciárias de Alcaçuz (RN), Manaus e Roraima. Relatórios do Ministério da Justiça, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do próprio Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná confirmam que a situação é explosiva.

O cenário deverá ser confirmado pela auditoria do sistema carcerário que o Tribunal de Contas do Estado instaurou ontem. Oito analistas e técnicos terão 60 dias para concluir o diagnóstico completo anunciado pelo novo presidente do TCE, conselheiro Durval Amaral, já no dia de sua posse, semana passada.

Durval quer saber, sobretudo, se estão sendo bem empregados os R\$ 720 milhões por ano que o governo destina para manter 20 mil detentos que ocupam as penitenciárias estaduais — valor equivalente a R\$ 3 mil por mês por detento, quase o dobro do que se gasta com um aluno de escola pública.

Sugere-se à equipe do TCE que recorra, para início dos trabalhos, ao último relatório produzido pelo Ministério da Justiça, datado de 2014 mas válido até hoje. Naquele ano, após visitar dez das 33 penitenciárias do Paraná, o Ministério da Justiça elencou nada menos de uma centena de recomendações visando a corrigir as graves distorções que encontrou.

A primeira delas, claro, dizia respeito à perigosa superlotação dos presídios. Mas não é só isto. Foram anotados também, com recomendações corretivas, problemas como:

- Reduzido quadro de agentes penitenciários;
- Quando existente, é precária a assistência jurídica, social, educacional e à saúde;

TCE quer saber se estão sendo bem empregados os R\$ 720 milhões por ano que o governo destina para manter 20 mil detentos que ocupam as penitenciárias do Paraná

- Defensoria Pública não dispõe de um núcleo de atendimento nas prisões, além de o número de defensores ser insuficiente;

- Presos não possuem informações sobre o andamento de seus processos;

- Má qualidade da alimentação (constatada pelas sobras nas marmitas);

- Elevado número de presos com doenças contagiosas convivendo com sãos;

- Assistência médica e odontológica inexistente ou insuficiente;

Inspeções do Tribunal de Justiça do Paraná e do Conselho Nacional de Justiça chegaram a conclusões tão ou mais graves. O TJ deu ênfase, sobretudo, ao fato de que não tem estrutura nem consegue dar conta do número de processos que envolvem réus presos, isto é, reconhece que muitos que estão atrás das grades já poderiam ter sido soltos. E este é um dos fatores da superlotação.

Um cenário como este é o melhor caldo de cultura para que prosperem as facções criminosas dentro das penitenciárias. O PCC, por exemplo, é quem supre grande parte das demandas que deveriam ser atendidas pelo Estado. Daí a força “moral” com que as facções se “legitimam” dentro das penitenciárias, a ponto de dominá-las. E, portanto, de potencialmente capaz de provocar rebeliões, fugas, chacinas...

As cadeias públicas — estas que funcionam junto às delegacias da Polícia Civil — deveriam abrigar apenas presos temporários, ainda não condenados. Mas há de tudo nelas. Mais de 9 mil detentos estão trancafiados em lugares onde só cabem 4 mil. Em Cascavel, por exemplo, o “cadeião” abriga 500 presos onde só cabem 132.

São 150 cadeias mas 56 delas estão interditadas por em razão do precário estado dos prédios, em sua maioria antigos, e já semi-destruídos em rebeliões anteriores.

É torcer pelo menos pior.

24 JAN 2017

GAZETA DO POVO

Indicação para o STF ameaça estabilidade do governo Temer

A morte do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki colocou o presidente Michel Temer diante de uma decisão delicada. Para não sofrer desgaste e eventualmente reacender a crise política, o nome escolhido por Temer para a vaga de Teori no STF terá de promover um delicado equilíbrio de interesses, sem desagradar opinião pública, juristas e Congresso. A aposta mais provável é que o presidente indique alguém com perfil técnico que não tenha se posicionado contra a Lava Jato – nem ostensivamente a favor da operação.

GAZETA DO POVO

Indicação de Temer ao STF vira ameaça à estabilidade do governo

24 JAN 2017

Para evitar desgastes, presidente precisa escolher nome que agrade opinião pública, juristas e Congresso para substituir Teori

Fernando Martins

● A morte do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki colocou o presidente Michel Temer (PMDB) diante de uma decisão delicada. Para não sofrer desgaste e eventualmente reacender a crise política, o nome escolhido por Temer para a vaga de Teori no STF terá de promover um delicado equilíbrio de interesses: não poderá desagradar ao mesmo tempo à opinião pública, ao mundo jurídico e ao Congresso. Nesse cenário, a aposta mais provável é que o presidente indique alguém com perfil técnico que não tenha se posicionado contra a Lava Jato — nem ostensivamente a favor da operação.

“A atual conjuntura [para a escolha do novo ministro do STF] é bem peculiar; é potencializada pelo acidente que matou Teori”, diz o cientista político Leon Victor de Queiroz Barbosa, especialista na relação

entre o Executivo, Legislativo e Judiciário e professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na Paraíba.

Segundo Barbosa, embora não haja elementos concretos de que tenha ocorrido um atentado contra Teori, para grande parcela da população paira a suspeita de que o ministro foi assassinado. Por isso a indicação de qualquer nome sobre o qual haja qualquer indício de ser contrário à Lava Jato causaria desgaste a Temer diante da opinião pública e no mundo jurídico. Barbosa afirma que, em função disso, será improvável a escolha de alguém que já se pronunciou contra a operação. “Mas para agradar ao Congresso, também é improvável que seja alguém que tenha dado declarações muito duras contra os políticos e a favor da Lava Jato.”

Segundo o cientista político, o Congresso também pode vir a ser contemplado se o nome escolhido não tiver um perfil de atuação “rigorosa”. E também se for mais aberto ao diálogo com os políticos. Nesses dois aspectos, é o oposto de Teori, considerado duro nos julgamentos e “isolado”.

Por outro lado, se a escolha recair sobre alguém com perfil técnico — um juiz ou membro

do Ministério Público, por exemplo — vai dissipar eventuais resistências no mundo jurídico e dentro do próprio STF.

Confronto evitado

O primeiro sinal de que Temer não pretende se colocar contra a opinião pública e o mundo jurídico foi a promessa de que não ele vai escolher ninguém antes de o próprio STF definir quem será o novo relator da Lava Jato na Corte. Pelo regimento interno do Supremo, o sucessor de Teori é quem assumiria a relatoria da operação. Mas o regimento abre uma brecha para que a presidente do STF, Cármen Lúcia, sorteie um novo relator dentre os atuais ministros em casos excepcionais.

O cientista político Mário Sérgio Lepre, da PUCPR, afirma que essa medida de Temer já é suficiente para afastar uma possível suspeita de que ele tentaria interferir na operação. Com essa posição, Temer evitou um primeiro confronto com a opinião pública, associações de magistrados e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que já questionavam a possibilidade de a condução da operação ficar nas mãos de um ministro indicado por alguém que é citado nas investigações — o próprio presidente da República.

CONTINUA

24 JAN 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Indicado tem pouca chance de interferir nos rumos da Lava Jato

● Especialistas veem pouca ou nenhuma possibilidade de o novo ministro do STF interferir nos rumos da Lava Jato ou proteger os políticos que o indicarem para o cargo. Mas eles apostam que o sucessor de Teori Zavascki pode vir a “defender” o atual governo de forma indireta. O cientista político Leon Victor de Queiroz Barbosa afirma que certamente o indicado por Michel Temer será ideologicamente alinhado com o governo — algo importante

num momento de elevada judicialização da política. Barbosa diz que muito provavelmente o novo ministro terá um perfil mais liberal na economia e talvez até mesmo conservador nos costumes. “Difícilmente será um progressista.” Segundo ele, isso será importante em assuntos como as reformas da Previdência e trabalhista — que, após serem aprovadas pelo governo no Congresso, podem vir a ter pontos questionados no Supremo. O cientista político Mário Sérgio Lepre afirma que esse alinhamento ideológico é algo natural. “É o que ocorre nos

Estados Unidos, por exemplo.” Lepre diz não ver qualquer possibilidade de o novo ministro “defender” quem o indicou nas ações da Lava Jato que correm no STF. “Depois que é nomeado para o STF, um ministro se desvincula de quem o indicou. E constrói sua própria biografia.” Barbosa concorda. “Existe no Brasil um sentimento anticorrupção muito forte.” Diante desse contexto, é improvável que alguém no STF se coloque como um defensor dos políticos. “Ele vai começar a pensar: vou passar para a história como alguém que ajudou os políticos ou combateu a corrupção?”

Aliado aposta em nome técnico; assessores do Planalto defendem indicação apartidária

● Um dos paranaenses mais influentes na Câmara Federal, o deputado Sergio Souza (PMDB) afirma ter certeza de que o presidente Michel Temer vai escolher um nome técnico para a vaga aberta no STF. Segundo Souza, isso vai ocorrer até mesmo em função do perfil de Temer — que é professor de Direito Constitucional. A indicação de um jurista com atuação no mundo jurídico e

sem envolvimento partidário inclusive tem sido a orientação de assessores presidenciais e conselheiros informais de Temer. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a opção tende a ser por uma pessoa técnica, apartidária e discreta, que seja ministro ou desembargador de algum tribunal superior do país. Dessa forma, informa a reportagem, não haveria resistência no próprio Supremo. Apesar disso, os nomes do ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, e da advogada-geral da União, Gracie Mendonça, seguem cotados nos bastidores, apesar de Temer não ter feito nenhuma sinalização.

PRESSÃO

A Associação dos Juizes Federais (Ajufe) defende publicamente que Michel Temer escolha um magistrado de carreira — tal como era Teori. Alguns grupos de juizes defendem a escolha de Sergio Moro, responsável pela Lava Jato na primeira instância. E a Associação dos Juizes para a Democracia foi ainda mais longe ao pedir que o presidente não indique ninguém até que o Tribunal Superior Eleitoral julgue o processo que pede a cassação da chapa Dilma-Temer.

24 JAN 2017

GAZETA DO POVO

Justiça decreta sigilo de investigação sobre queda do avião que matou o ministro Teori

Juiz decreta sigilo em investigação sobre queda do avião que levava Teori Zavascki

RIO DE JANEIRO
Das agências

● O juiz da 1.ª Vara Federal de Angra dos Reis, Raffaele Felice Pirro, decretou ontem o sigilo das investigações sobre a queda do avião que levava o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki e outras quatro pessoas. A aeronave caiu em Paraty, no Sul-Fluminense, na última quinta-feira. Hoje, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal vão ouvir testemunhas do acidente.

A procuradora Cristina Nascimento de Melo, do Ministério Público Federal em Angra dos Reis, pediu à Anace ao comando da Aeronáutica documentos relativos à manutenção da aeronave e gravações de conversa entre piloto e torre de controle.

O Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), ligado à Aeronáutica, informou que a caixa-preta do avião tem danos. No entanto, ela é dividida em duas partes e a que contém o gravador de voz é "altamente protegida". A caixa-preta, que contém o gravador de voz, está em Brasília desde

o último sábado. A Aeronáutica não informou se já identificou algum registro de voz no gravador ou se o contato com a água do mar o danificou.

Além do ministro do STF, morreram no acidente o empresário Carlos Alberto Filgueiras, dono do Hotel Emiliano, o piloto Osmar Rodrigues, a massoterapeuta Maira Lidiane Panas Helatzuk, de 23 anos, e a mãe dela, Maria Ilda Panas, de 55 anos.

Os destroços do avião foram retirados no mar na noite de domingo e seguiram ontem em uma balsa para Angra dos Reis. A previsão do Cenipa é que a balsa chegasse a Angra por volta das 22 horas. Depois, os destroços serão transferidos para uma carreta, que seguirá pela estrada até a Base Aérea do Galeão, no Rio.

Todas as etapas desse transporte são de responsabilidade da AGS Logística, empresa contratada pela seguradora do avião para retirar a aeronave do mar e levá-la até o Galeão. Agentes do Cenipa acompanham a viagem porque cabe ao órgão a investigação das causas do acidente.

Bancada do PT critica sigilo e pede que juiz reveja decisão

● Em nota, a bancada do PT na Câmara disse "estranhar" a decisão que decretou sigilo nas investigações sobre a queda do avião que vitimou o ministro Teori Zavascki. Na mensagem, o partido defende a transparência nas apurações e pede que o magistrado reveja sua decisão. "Diante do enorme interesse público sobre o episódio, consideramos imperativo que a apuração deste acidente seja feita com a maior transparência possível", diz o texto assinado pelo líder Carlos Zarattini (SP). Os petistas pregam que as investigações ocorram "de forma independente e cristalina".

24 JAN 2017

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

LavaJato 1

A presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, muito provavelmente irá escolher o novo relator da Lava Jato, e ao presidente Temer caberá a escolha do novo ministro para substituir Teori Zavascki. Os brasileiros de bem irão torcer para que Cármen Lúcia não escolha nem Toffoli, nem Lewandowski, que são ministros políticos. Do contrário, a Lava Jato irá para o espaço.

Edgard Gobbi

LAVAJATO 2

Incrível que haja suspeição sobre algum ministro do STF para ser relator dos processos da Lava Jato! Todos foram escolhas de presidentes da República e sabatinados no Senado, isso sem contar os rígidos critérios morais e profissionais para exercer o cargo. Só mesmo o ministro sorteado poderá se julgar suspeito para ser o relator. *Habemus* juizes. Ou não?

Paulo Marcos Gomes Lustoza

24 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Supremo. Representantes de cortes superiores e ao menos seis legendas apresentam nomes para a vaga deixada por Teori;

dirigentes partidários fazem lobby por Moraes

Planalto é alvo de pressão de partidos e tribunais

Carla Araújo
Tânia Monteiro
Igor Gadelha | BRASÍLIA

Enquanto aguarda a presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, definir o destino da relatoria da Operação Lava Jato na Corte, o presidente Michel Temer vem sendo pressionado por representantes de tribunais superiores, presidentes de partidos e parlamentares a escolher o substituto de Teori Zavascki, morto na quinta-feira passada na queda de um avião em Paraty, no litoral fluminense.

Dirigentes e líderes de pelo menos seis grandes partidos da base aliada defendem que o indicado seja o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes. O argumento de líderes do PSDB, PSD, PR, DEM, PTB e até do PMDB é de que o ministro da Justiça, considerado um aliado fiel do governo Temer, é “qualificado” e tem “experiência” jurídica.

Outros nomes sugeridos são o da ministra da Advocacia-Geral da União (AGU), Grace Mendonça, o do presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ives Gandra da Silva Martins Filho, e o do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas. Temer informou no fim de semana que vai aguardar a decisão de Cármen Lúcia para depois indicar um nome.

O discurso oficial de ministros próximos ao presidente é

de que a vaga de Teori será preenchida por um “perfil que se assemelhe ao do ministro”. Outro auxiliar palaciano disse que Temer deve levar em conta “o tamanho” das críticas da futura nomeação. Temer tem se aconselhado com o ministro Eli-seu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (secretário do Programa de Parceria de Investimentos), além de pessoas de sua confiança no meio jurídico, entre elas o ministro do STF e presidente do TSE, Gilmar Mendes.

Nos principais partidos da base aliada – com integrantes investigados pela Lava Jato – o lobby é pelo atual titular da pasta da Justiça. “Se depender do PR, vamos encaminhar o Alexandre”, afirmou o presidente nacional do PR, o ex-ministro e ex-senador Antonio Carlos Rodrigues (SP).

“Do ponto de vista técnico, vejo a indicação dele como absolutamente acertada. Ele é um dos maiores constitucionalistas do Brasil”, disse o presidente do DEM, senador Agripino Maia (RN). O presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson (RJ), declarou que a indicação do ministro da Justiça para o Supremo é “bem vista” no partido. “Ele pode não ser muito habilidoso no trato político, mas juiz não precisa ter essa habilidade.”

No PSDB, partido ao qual Moraes é filiado desde dezembro de 2015, a indicação do ministro da Justiça para o Supremo tem

apoio dos três principais caciques: o senador Aécio Neves (MG), presidente nacional da sigla; o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o ministro das Relações Exteriores e senador licenciado, José Serra (SP). “Ele é extremamente qualificado. É professor de Direito Constitucional da melhor universidade do País (a USP), tem livros publicados, mais de 700 mil exemplares vendidos”, defendeu o secretário-geral do PSDB, o deputado Silvio Torres (SP).

Moraes, que foi secretário municipal de Transportes durante parte da gestão de Gilberto Kassab (PSD) na Prefeitura de São Paulo, tem o apoio do atual ministro das Comunicações. No PMDB, partido de Temer, a defesa da indicação do ministro da Justiça ao STF é feita pelo líder do partido na Câmara, deputado Balcia Rossi (SP).

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO 24 JAN 2017

CONTINUAÇÃO

Cortes. Os principais “cabos eleitorais” de Dantas são o ex-presidente José Sarney (PMDB) e o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), réu em um processo e investigado em outros 11 inquéritos no STF. Em nota, Renan negou o lobby, o que tratou como “especulações inverídicas”.

O nome do atual presidente do TST, Ives Gandra Martins Filho, foi defendido por pelo menos duas pessoas próximas ao presidente. Do Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde Teori fez a carreira antes de chegar ao Supremo, são citados os ministros João Otávio de Noronha e Luis Felipe Salomão. Também foram levados ao presidente nomes mais jovens e com perfil mais técnico, como Maria Isabel Galotti. / COLABORARAM FÁBIO SERAPIÃO e ISABELA BONFIM

Pai de presidente do TST diz não querer constranger Temer

Com o filho cotado para assumir uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF), o jurista Ives Gandra Martins afirmou que não pretende tentar influenciar a decisão do presidente Michel Temer, de quem disse ser amigo há 40 anos. Para Martins, o atual presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Martins Filho, é “habilitado” para o cargo, a exemplo de outros nomes que também são cogitados.

“Ele está muito habilitado (para o cargo), mas minha postura

nesses 81 anos foi nunca constranger amigos que estão no poder. Não telefonei e não vou telefonar para ele”, disse Martins em entrevista ao Estado.

Questionado sobre o processo de escolha do novo relator da Lava Jato, Martins entende que Temer foi “prudente” ao declarar que só indicará o novo ministro da Corte após a definição da relatoria.

“Ele fez muito bem. Se tivesse que esperar a distribuição para um novo ministro, que deve ser aprovado pelo Senado, levaria um tempo enorme.”

Para o jurista, a distribuição do caso a um dos revisores daria mais agilidade, pois ele sempre acompanha o trabalho de relator.

/ PEDRO VENCESLAU

NOME S

As ‘sugestões’ ao presidente



● **Alexandre de Moraes**
A indicação do ministro da Justiça, filiado ao PSDB, é defendida por ao menos seis grandes partidos da base aliada de Temer. A justificativa é de que Moraes é “qualificado” e tem “experiência” jurídica.



● **Ives Gandra M. Filho**
Nome do presidente do Tribunal Superior do Trabalho foi sugerido por pessoas próximas ao presidente. A ponderação, no entanto, é de que uma indicação do TST poderia incomodar o “lobby” do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

● **João Otávio de Noronha e Luis Felipe Salomão**
Do STJ, corte onde Teori Zavascki atuou antes de chegar ao Supremo, os nomes dos dois ministros do tribunal foram levados e Temer.

24 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz decreta sigilo de apuração sobre queda do avião

Polícia Federal e Ministério Público Federal começam hoje a ouvir testemunhas; comandante da Aeronáutica afirma que investigação segue 'rito previsto'

Constança Rezende / RIO
Daiene Cardoso
Tânia Monteiro / BRASÍLIA

O juiz Raffaele Felice, da 1.^a Vara Federal de Angra dos Reis (RJ), decretou ontem sigilo nas investigações sobre a queda do avião que matou o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki e outras quatro pessoas no mar em Paraty (RJ).

Hoje, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal vão ouvir depoimentos de testemunhas que viram o Beechcraft King Air C90GT, prefixo PR-SOM, mergulhar na água perto da Ilha Rasa, no início da tarde do dia 19, em meio a uma tempestade. Algumas pessoas relataram ter visto fumaça saindo do aparelho, o que não foi confirmado por outras. Muitas recordaram que as condições de visibilidade eram muito ruins.

Todas as investigações ficarão a cargo das autoridades federais. Depoimentos que tenham sido prestados à Polícia Civil do Rio, que também abriu inquérito por determinação do Ministério Público Estadual, deverão ser encaminhados ao inquérito conduzido pela União.

A bancada do PT na Câmara divulgou nota ontem dizendo "estranhar" a decisão do juiz decretar sigilo na apuração. Na mensagem, o partido defendeu a transparência nas investigações e pede que o magistrado reveja sua decisão.

Gravador recolhido de avião tem danos, afirma Cenipa

● O gravador de voz recolhido nos destroços do avião que vitimou o ministro do STF Teori Zavascki foi danificado pelo contato com a água, informou o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) da Força Aérea Brasileira (FAB).

A água atingiu, segundo militares encarregados das investigações, a "base" do equipamento. Ali estão cabos e circuitos essenciais para o armazenamento de informações. A outra parte do gravador, que guarda os dados gravados, é, segundo o Cenipa, "altamente protegida".

O órgão ainda vai checar se as gravações estão totalmente íntegras. O aparelho chegou a Brasília no sábado, para ser analisado. / FABIO GRELLET

Aeronáutica. O comandante da Aeronáutica, brigadeiro Nivaldo Rossatto, afirmou ao Estado que a Força Aérea Brasileira tem o seu ritmo próprio para proceder o processo de investigação de acidentes aeronáuticos e que, no caso do desastre que matou Teori, o trabalho segue "o rito previsto". "No Comando da Aeronáutica ninguém conclui por achismo. Conclui em cima de dados e fatos", disse o brigadeiro, acrescentando que "a rapidez da conclusão do relatório depende dos dados disponíveis".

Destroços. Funcionários da empresa AGS encerraram ontem às 16 horas o trabalho de resgate, do fundo do mar, dos destroços do avião, iniciado na noite de anteontem.

24 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Cármen Lúcia consulta colegas sobre relatoria

Presidente do Supremo se reúne com ministros e com o procurador-geral da República para tratar do destino da Lava Jato

Beatriz Bulla

Breno Pires | BRASÍLIA

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, começou ontem a consultar os colegas da Corte para definir o novo relator da Operação Lava Jato. Ela precisará decidir quem vai herdar a investigação, que ficava a cargo do ministro Teori Zavascki, morto na semana passada em um desastre aéreo.

Além das conversas com os colegas de tribunal, Cármen se reuniu ontem com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Nos bastidores, Janot tem revelado preocupação com o futuro da Lava Jato e, principalmente, com a homologação das delações da Odebrecht, que estava prevista para ocorrer no início de fevereiro.

Cármen avalia a possibilidade de autorizar que a equipe de juízes auxiliares que trabalhavam com Teori nas delações durante o recesso continue esse processo. Nesta semana, estavam previstas audiências com os 77 delatores da empreiteira, para confirmar se os acordos com o Ministério Público foram fechados de forma espontânea.

Ministros ouvidos pelo Estado reservadamente mostram opiniões distintas sobre o assunto. Parte dos magistrados defende que o novo relator seja definido por meio de sorteio entre todos os integrantes da Corte. Há quem entenda que o sorteio deveria ser restrito à Segunda Turma do tribunal, da qual

Teori fazia parte. Outros ministros avaliam que o regimento da Corte indica que o revisor do caso é que deve assumir as ações. Neste caso, o revisor da Lava Jato na Segunda Turma é Celso de Mello. Já no plenário é o ministro Luís Roberto Barroso.

Além de receber Janot e telefonar aos ministros, Cármen Lúcia passou boa parte da tarde no gabinete do ministro Teori e conversou com os assessores dele, incluindo o juiz-auxiliar Márcio Schieffler.

24 JAN 2017

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Andando

A Lava Jato não está paralisada. Juizes assistentes de Teori Zavascki foram autorizados pela ministra Cármen Lúcia, plantonista do STF, a dar prosseguimento aos trabalhos.

Pelo menos dois delatores foram convocados e estão completando, ainda esta semana, os seus depoimentos.

Ao que tudo indica, a homologação das 77 delações da Odebrecht não vai atrasar tanto quanto se imaginava.

Justiça libera Maia em disputa interna

● O presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador federal Hilton Queiroz, suspendeu a decisão que impedia a candidatura do atual presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Na semana passada, o juiz Eduardo Ribeiro de Oliveira, da 15ª Vara Federal do DF, determinou que Maia se abstinhasse da disputa, marcada para 2 de fevereiro. Para o desembargador, "a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente só é vedada aos que foram eleitos para mandato de dois anos". / RAFAEL MORAES MOURA e BRENO PIRES

● **Estava com ele.** O pedido de habeas corpus feito pelos advogados do ex-deputado Eduardo Cunha para tirá-lo da prisão em Curitiba tinha como relator o ministro Teori Zavascki. Estava marcado para ser julgado pelo pleno do STF no dia 8 de fevereiro.

● **Senta lá, Cláudia.** Com a morte de Teori, o pedido para libertar Cunha, preso desde 19 de outubro, terá de aguardar pela nomeação do novo ministro.

● **Pre-pa-ra.** Um dos cotados para assumir a vaga no STF, o ministro Luís Felipe Salomão é relator no STJ da reclamação do ex-governador do Rio Sérgio Cabral contra Sérgio Moro e Marcelo Bretas.

● **Rede de intrigas.** Nas negociações pela vaga aberta no Supremo, há praticamente uma "escavadeira" em cada sala importante de Brasília cavando o posto.

➤ **SINAIS PARTICULARES.** Teori Zavascki, ministro do STF vítima de acidente aéreo



24 JAN 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Prefeitura faz convênio com TJ

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, e o prefeito de Curitiba, Rafael Greca, assinaram termo de cooperação técnica e administrativa para emissão dos documentos necessários para quitação das custas processuais e dívidas relativas ao IPTU e ISS. A assinatura foi no gabinete da presidência do Tribunal de Justiça.

O diferencial no atual convênio é que o TJPR disponibilizará dois servidores, além de material de infraestrutura, para a emissão das guias de recolhimento das custas judiciais. O prefeito reforçou a importância da parceria entre o Poder Executivo e o Judiciário. "Para a Prefeitura é uma parceria muito importante, pois precisamos otimizar nossos recursos e atender bem ao cidadão", afirmou Greca. ■

24 JAN 2017
JORNAL DO ÔNIBUS

TCE inicia auditoria dos presídios

Corte nomeou ontem equipe responsável pelo serviço, que deve ser concluído em 60 dias

O presidente do Tribunal de Contas, conselheiro Durval Amaral, nomeou ontem a equipe responsável pela auditoria no sistema prisional do Paraná. A Portaria 93/17, publicada na edição 1.519 do Diário Eletrônico do TCE-PR, estabelece que o grupo, formado por oito analistas e técnicos de controle, deverá concluir o diagnóstico do sistema no prazo de 60 dias.

Na etapa seguinte, serão instauradas auditorias operacionais, no Plano Anual de Fiscalização (PAF) de 2017, para avaliar a eficácia do gasto público no setor, impor medidas corretivas e, se necessário, responsabilizar gestores pelas irregularidades detectadas. Durval determinou que a auditoria avalie as instalações, a estrutura de pessoal, a gestão, o custo e, principalmente, a capacidade de ressocialização do sistema prisional.

“Tenho a certeza de que, apesar do alto investimento, a sociedade paranaense não está satisfeita com os resultados. O cidadão paga muito para que as cadeias e presídios sejam apenas depósitos de presos, sem oportunidade de ressocialização”, afirmou Durval ao tomar posse na presidência do TCE-PR para o biênio 2017-2018. Em 2016, o Paraná gastou R\$ 720 milhões para manter uma população carcerária de 20 mil pessoas nos presídios do Estado - com custo médio de R\$ 35 mil por preso ao ano. ■

24 JAN 2017

BEM PARANÁ

TCE inicia a auditoria no sistema prisional

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE) iniciou, ontem, a auditoria no sistema prisional do Estado. Em 2016, o Paraná gastou R\$ 720 milhões para manter uma população carcerária de 20 mil pessoas nos presídios do Estado — com custo médio de R\$ 35 mil por preso ao ano. Neste cálculo não estão incluídos os cerca de 10 mil presos que estão em delegacias no Estado.

O presidente do Tribunal de Contas, conselheiro Durval Amaral, nomeou, ontem, a equipe responsável pela auditoria. A Portaria 93/17, publicada na edição 1.519 do Diário Eletrônico do TCE-PR, estabelece que o grupo, formado por oito analistas e técnicos de controle, deverá concluir o diagnóstico do sistema no prazo de 60 dias.

Na etapa seguinte, serão instauradas auditorias operacionais, no Plano Anual de Fiscalização (PAF) de 2017, para avaliar a eficácia do gasto público no setor, impor medidas corretivas e, se necessário, responsabilizar gestores pelas irregularidades detectadas. Durval determinou que a auditoria avalie as instalações, a estrutura de pessoal, a gestão, o custo e, principalmente, a capacidade de ressocialização do sistema prisional.

“Tenho a certeza de que, apesar do alto investimento, a sociedade paranaense não está satisfeita com os resultados”, afirmou Durval no dia 12 de janeiro, ao tomar posse na presidência do TCE-PR

para o biênio 2017-2018 e anunciar a auditoria no sistema prisional. “O cidadão paga muito para que as cadeias e presídios sejam apenas depósitos de presos, sem oportunidade de ressocialização.”

Uma das medidas em estudo pelo presidente é cobrar da Defensoria Pública do Paraná atenção especial aos processos de revisão de pena dos detentos.

Na semana passada da Justiça do Paraná anunciou que fará a revisão dos 30 mil processos de presos no Paraná. O esforço de todas as varas foi determinado depois de uma reunião dos presidentes dos Tribunais de Justiça do país com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia.

Serão examinados 10 mil processos de presos provisórios. Esses processos são aqueles sem sentença condenatória, e 20 mil processos relacionados a detentos que cumprem pena estipulada pelo Judiciário;

O prazo para conclusão deste trabalho é 17 de fevereiro. O resultado deverá ser divulgado pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR).

24 JAN 2017

BEMPARANÁ

Caso Teori

Justiça decreta sigilo de investigações

O juiz da 1ª Vara Federal de Angra dos Reis, Raffaele Felice Pinto, decretou ontem o sigilo das investigações sobre a queda do avião King Air C 90, que transportava o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki e outras quatro pessoas. A aeronave caiu no mar, a 2 quilômetros da Ilha Rasa, em Paraty, na última quinta-feira, matando todos os ocupantes. A partir de hoje, o Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal começam a ouvir testemunhas do acidente.

A Aeronáutica informou ontem que o gravador de voz do avião sofreu danos ao chocar-se com o mar, mas que o equipamento possui duas partes e que o aparelho é altamente protegido. Em nota, a Aeronáutica informou que o gravador de voz chegou na manhã de sábado a Brasília para ser analisado em um laboratório do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa). O gravador, comumente conhecido como caixa-preta, sofreu danos devido ao contato com a água do-mar. O tempo de duração de todo o processo depende das condições do equipamento.

Moraes e Gracie evitam comentar disputa

Na lista de cotados para substituir o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki, morto em acidente aéreo na semana passada, o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, e a advogada-geral da União, Gracie Mendonça, evitaram falar sobre o tema ontem. Junto com o ministro Dyogo de Oliveira (Planejamento), Moraes e Gracie participaram de cerimônia de posse dos novos advogados da União.

“Essa escolha compete ao presidente da República. Tenho absoluta certeza que qualquer pessoa que venha a receber esse convite, saberá honrá-lo e saberá desempenhar com toda a maestria a atuação junto à Suprema Corte”, ressaltou Gracie em entrevista aos jornalistas.

Questionada se aceitaria um possível convite, ela disse que preferia não comentar. “Prefiro não tocar neste ponto porque essa é uma atribuição do presidente da República. Hoje estou aqui como advogada-geral da União procurando desempenhar, da melhor forma possível, a missão que me foi atribuída.” De sua parte, Moraes evitou a imprensa e deixou o evento cercado por assessores.

24 JAN 2017

BEMPARANÁ

TRF libera candidatura de Maia à reeleição

Liminar que impedia presidente da Câmara de disputar novo mandato é derrubada

O presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), desembargador federal Hilton Queiroz, decidiu suspender a decisão que impedia a candidatura à reeleição do atual presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Na semana passada, o juiz federal substituto Eduardo Ribeiro de Oliveira, da 15ª Vara Federal do Distrito Federal, determinou que Maia se abstinisse de concorrer à eleição interna da Casa, marcada para o dia 2 de fevereiro. O deputado recorreu ao TRF-1 para reverter a decisão.

Na avaliação do desembargador Hilton Queiroz, a disposição constitucional "deixa evidente que a recondução para o mesmo cargo na elei-



Agência Brasil

Maia (DEM/RJ): deputado alega "mandato-tampão"

ção imediatamente subsequente só é vedada aos que foram eleitos para mandato de dois anos". Para Queiroz, este não é o caso de Maia, já que o atual presidente da Câmara "apenas cumpre mandato-tampão".

"A guerreada tutela provisória fere o princípio da separação dos poderes (artigo 2º da Constituição Federal), ao estabelecer vedação de candidatura em situação a cujo respeito a Constituição silenciou, culminando em invadir com-

petência própria da Câmara dos Deputados para dispor quanto à eleição de sua mesa diretora", escreveu Queiroz em sua decisão.

A ação popular em questão foi ajuizada por Marcos Rivas, advogado do Amazonas e pai de Lucas Rivas, assessor parlamentar na Câmara e antigo colaborador jurídico da equipe do deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Maia é alvo de dois processos no Supremo Tribunal Federal (STF) movidos por adversários: um é de autoria do Solidariedade, que faz parte do Centrão, e outro do deputado opositor André Figueiredo (PDT-CE), que também concorre à presidência da Câmara.

24 JAN 2017

Blog Fábio Campana

Rossoni visita desembargador Bettega, presidente- eleito do TJ



O chefe da Casa Civil Valdir Rossoni e o procurador-geral do Estado, Paulo Rosso, fizeram uma visita de cortesia nesta segunda-feira (23) ao presidente-eleito do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), desembargador Renato Bettega, que toma posse em fevereiro. Rossoni destacou a disposição do Governo do Estado para o diálogo e o bom relacionamento com os demais poderes. Bettega disse que o TJ estará sempre aberto a discutir todas as questões de interesse dos paranaenses.